



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA
MESTRADO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

PRODUTO TÉCNICO - Curso de Formação Profissional

Capacitação em Investigação Financeira: metodologias tradicionais e emergentes

<https://doi.org/10.5281/zenodo.18341197>

Alexandre Bezerra Oliveira

José Gracildo de Carvalho Júnior

Vicente Leite Barbosa Araújo dos Santos

Belém-Pará

2026

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	3
1. IDENTIFICAÇÃO	4
2. JUSTIFICATIVA.....	5
3. OBJETIVOS	6
3.1 Objetivo geral	6
3.2 Objetivos específicos	6
4. METODOLOGIA.....	6
5. DESENHO CURRICULAR	7
6. CRONOGRAMA.....	10
7. CORPO DOCENTE.....	10
8. CORPO DISCENTE	10
9. PROCESSO AVALIATIVO.....	11
9.1 Avaliação do curso	11
9.2 Avaliação do corpo docente.....	11
9.3 Avaliação do corpo discente	11
9.4 Critérios de aprovação.....	12
10. EMENTAS E BIBLIOGRAFIA DAS DISCIPLINAS.....	12
11. RECURSOS MATERIAIS.....	12
12. PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO	13
13. ORIENTAÇÕES GERAIS	13
ANEXO 1 – EMENTAS.....	14
MÓDULO I – LAVAGEM DE DINHEIRO	14
MÓDULO II – INTRODUÇÃO À ATIVIDADE DE INVESTIGAÇÃO FINANCEIRA.....	15
MÓDULO III – TÉCNICAS E DILIGÊNCIAS PRELIMINARES.....	16
MÓDULO IV – TÉCNICAS E DILIGÊNCIAS EM RIF.....	17
MÓDULO V – TÉCNICAS E DILIGÊNCIAS EM DADOS BANCÁRIOS	18
MÓDULO VI – TÉCNICAS E DILIGÊNCIAS EM DADOS FISCAIS.....	19
MÓDULO VII – TÉCNICAS E DILIGÊNCIAS EM ATIVOS VIRTUAIS	20
MÓDULO VIII – TÉCNICAS E DILIGÊNCIAS PATRIMONIAIS	21
MÓDULO IX – TÉCNICAS DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS	22
REFERÊNCIAS	23

APRESENTAÇÃO

O presente documento contempla o Produto Técnico 02, desenvolvido no âmbito do Curso Mestrado Profissional em Segurança Pública do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, do Instituto de Ciências Exatas e Naturais, da Universidade Federal do Pará, como parte integrante da dissertação de mestrado “INVESTIGAÇÃO FINANCEIRA E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: um estudo na Polícia Civil do Pará”.

O produto foi desenvolvido como requisito para a integralização do curso de mestrado em cumprimento ao Regimento Interno do PPGSP aprovado pela RESOLUÇÃO Nº 5.983-CONSEPE, de 15 de outubro de 2025, Art. 61, sendo concebido na Carteira de Produtos resultante da pesquisa em cumprimento à RESOLUÇÃO Nº 007/2025-PPGSP, de 24 de novembro de 2025, enquadrado como tipo de produto Curso de Formação Profissional.

Destina-se à execução do objetivo específico da pesquisa quanto a desenvolver plano para capacitação de policiais da PCPA nas metodologias consolidadas e inovadoras de investigação financeira, promovendo atualização técnica e uniformização de procedimentos.

A concepção do produto foi constituída de um programa de capacitação estruturado em módulos teórico e práticos abrangendo metodologias consolidadas de investigação financeira, tecnologias emergentes, aspectos legais e éticos, tendo por finalidade a promoção de atualizações técnicas, além da uniformização de procedimentos e preparação para implementação de inovações tecnológicas.

REALIZAÇÃO	COMO REFERENCIAR ESSA OBRA
 Universidade Federal do Pará Instituto de Ciências Exatas e Naturais Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública Resolução Nº 5.983/2025- CONSEPE/UFPA, de 15 de outubro de 2025	OLIVEIRA, Alexandre Bezerra; CARVALHO JÚNIOR, José Gracilid; SANTOS, Vicente Leite Barbosa Araújo. Curso de Formação Profissional. Capacitação em Investigação Financeira: metodologias tradicionais e emergentes. Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública. Instituto de Ciências Exatas e Naturais. Universidade Federal do Pará, 2026.

CURSO DE FORMAÇÃO DE ANALISTA DE DADOS FINANCEIROS NA ATIVIDADE DE INVESTIGAÇÃO FINANCEIRA DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ

1. IDENTIFICAÇÃO

- a) Instituição responsável:** Polícia Civil do Estado do Pará (PCPA);
- b) Supervisão:** Academia da Polícia Civil (ACADEPOL);
- c) Coordenação:** Academia da Polícia Civil;
- d) Conteúdo:** Laboratório de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro (LAB-LD);
- e) Corpo docente:** policiais civis que atuam diretamente na atividade de análise de dados financeiros com formação em cursos especializados, em especial os integrantes da equipe técnica do Laboratório de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro;
- f) Corpo discente:** policiais civis da Polícia Civil do Estado do Pará; policiais civis de outros estados que tenham constituído e em funcionamento unidade de LAB-LD e integrem da Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia (REDE-LAB); policiais federais da Polícia Federal do Brasil; servidores e membros do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), ou de outros órgãos de Ministérios Públicos; servidores e membros do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), ou de outros órgãos do Poder Judiciário nacional; servidores de órgãos de controle e fiscalização como Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA), Receita Federal do Brasil, Controladoria Geral do Estado do Pará (CGEPA), Controladoria Geral da União (CGU), Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCEPA), Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCMPA), além de outros órgãos e entidades atuantes no segmento;
- g) Número de participantes:** turma limitada a 30 (trinta) participantes, considerando a necessidade de acompanhamento de atividades práticas;
- h) Carga horária:** 225 h/a;
- i) Horário do curso:** a definir;
- j) Período de execução:** a definir;
- k) Local de execução:** Sala de treinamento localizado no complexo do edifício sede da Delegacia Geral da Polícia Civil do Estado do Pará, situado à Avenida Magalhães Barata, 209, bloco C, bairro Nazaré
- l) Modalidade:** Presencial;
- m) Classificação:** Formação continuada.

REALIZAÇÃO	COMO REFERENCIAR ESSA OBRA
 Universidade Federal do Pará Instituto de Ciências Exatas e Naturais Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública Resolução N° 5.983/2025- CONSEPE/UFPA, de 15 de outubro de 2025	OLIVEIRA, Alexandre Bezerra; CARVALHO JÚNIOR, José Gracilido; SANTOS, Vicente Leite Barbosa Araújo. Curso de Formação Profissional. Capacitação em Investigação Financeira: metodologias tradicionais e emergentes. Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública. Instituto de Ciências Exatas e Naturais. Universidade Federal do Pará, 2026.

2. JUSTIFICATIVA

A Polícia Civil do Estado do Pará (PCPA), instituição incumbida, constitucionalmente, para o exercício das funções de polícia judiciária e de apuração de infrações penais, permanece em constante transformação para adequação à realidade social no enfrentamento à criminalidade como auxiliar da Justiça Criminal.

Sempre na vanguarda do combate à criminalidade, a PCPA recebeu, a partir do acordo firmado entre a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (SEGUPPA) e o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), a instalação do Laboratório de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro (LAB-LD), por meio da Portaria Nº 001/2015-DGPC/DIVERSOS, de 08 de janeiro de 2015, expedido pelo Delegado Geral da Polícia Civil do Estado do Pará.

Deste então, buscando o enfrentamento aos impactos negativos financeiros e econômicos de atividades criminosas, a Polícia Civil do Estado do Pará inseriu o Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro na estrutura hierárquica do Núcleo de Inteligência Policial (NIP) para o exercício da atividade de inteligência financeira de polícia judiciária e para o auxílio às investigações financeiras de todas as unidades da corporação.

Concebido como uma unidade de análise de dados que visa a identificação de atividades ilícitas, com a aplicação de soluções tecnológicas, metodologia e perfis profissionais próprios, o LAB-LD em contribuição para as investigações financeira é fruta da realização da Meta 16/2006 da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA).

Por meio do Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro, a PCPA tem incentivado a mudança de cultura de apuração com a utilização técnicas avançadas de investigação, aplicação de soluções tecnológicas, além de capacitação e treinamento, em especial no âmbito de investigações financeiras.

Com o objetivo de assegurar a continuidade e a expansão de tais técnicas para todas as unidades da PCPA torna-se essencial a descentralização das atividades desenvolvidas pelo Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro permitindo assim maior dinamismo e celeridade às investigações, sem, contudo, abdicar-se dos protocolos e metodologias técnicas e das inovações observadas, que asseguram maior acurácia na apuração de delitos.

Para tanto o curso destina-se a fomentar o desenvolvimento de investigações financeiras de maneira técnica, com ênfase em análise de elementos oriundos de dados de Relatório de

REALIZAÇÃO	COMO REFERENCIAR ESSA OBRA
 Universidade Federal do Pará Instituto de Ciências Exatas e Naturais Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública Resolução Nº 5.983/2025- CONSEPE/UFPA, de 15 de outubro de 2025	OLIVEIRA, Alexandre Bezerra; CARVALHO JÚNIOR, José Gracilido; SANTOS, Vicente Leite Barbosa Araújo. Curso de Formação Profissional. Capacitação em Investigação Financeira: metodologias tradicionais e emergentes. Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública. Instituto de Ciências Exatas e Naturais. Universidade Federal do Pará, 2026.

Inteligência Financeira (RIF), dados fiscais, dados bancários, dados patrimoniais, dados bursáteis, ativos virtuais, dentre outros, capacitando ainda os agentes em procedimentos atualizados e no manuseio de ferramentas e soluções tecnológicas, tornando as investigações mais qualificadas.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

Qualificar e capacitar policiais civis da PCPA, e de outros órgãos e instituições de interesse, nas metodologias consolidadas e inovadoras de investigação financeira, promovendo atualização técnica e uniformização de procedimentos.

3.2 Objetivos específicos

- a) Ampliar o conhecimento sobre a criminalidade especializada e, os impactos econômico-financeira na sociedade;
- b) Ampliar o conhecimento de policiais civis sobre o crime de lavagem de dinheiro e sua interligação com crimes antecedentes;
- c) Aperfeiçoar as investigações da Polícia Civil do estado do Pará, para que passem a utilizar meios de obtenção e de produção probatório de caráter técnico, para o aperfeiçoamento da apuração delitiva;
- d) Contribuir para a diminuição o tempo das investigações das unidades capacitadas, na implementações de técnicas especializadas e na produção de relatórios e outros documentos em investigações policiais;
- e) Facilitar a utilização de ferramentas tecnológicas que auxiliam na prevenção e o enfrentamento à lavagem de dinheiro, ao crime organizado e outros crimes complexos;
- f) Contribuir para o aumento na quantidade de investigações financeiras desenvolvidas por todas as unidades da Polícia Civil do Estado do Pará.

4. METODOLOGIA

O curso será implementado em módulos, visando o melhor aproveitamento dos conhecimentos e habilidades ministrados, em caráter sequencial e continuado para que o módulo proporcione os conhecimentos necessários para os módulos seguintes.

Visando a efetiva absorção do conhecimento na atividade prática, os módulos serão

REALIZAÇÃO	COMO REFERENCIAR ESSA OBRA
 Universidade Federal do Pará Instituto de Ciências Exatas e Naturais Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública Resolução N° 5.983/2025- CONSEPE/UFPA, de 15 de outubro de 2025	OLIVEIRA, Alexandre Bezerra; CARVALHO JÚNIOR, José Gracilid; SANTOS, Vicente Leite Barbosa Araújo. Curso de Formação Profissional. Capacitação em Investigação Financeira: metodologias tradicionais e emergentes. Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública. Instituto de Ciências Exatas e Naturais. Universidade Federal do Pará, 2026.

implementados de maneira espaçada, com interstício não inferior a 45 dias, permitindo assim a efetiva aplicação das técnicas e diligências em atividades investigativas reais em curso.

O curso será implementado na modalidade presencial, mesclando-se aulas teóricas e aulas de caráter prática, executadas em ambiente virtual, sendo possível ainda a exposição e análise de estudos de casos para a melhor visualização do conteúdo teórico em implicações práticas. O conteúdo das disciplinas teóricas será ministrado em aulas expositivas dialogadas, para permitir a participação efetiva do corpo discente, mediante a interação e compartilhamento de trocas de experiências profissionais.

A capacitação incluirá dinâmicas em grupo por meio da simulação investigativa, tendo por objetivo a simulação de atuação em equipes de investigação para o aprimoramento de técnicas operacionais analíticas, preparando os discentes para o enfrentamento de ações financeiras e patrimoniais de qualquer modalidade criminosa. A metodologia proposta a ser aplicada proporcionará um o desenvolvimento de competências e habilidades específicas e especializadas de conhecimento, que visam a plena atualização e qualificação servidores que atuam no enfrentamento a criminalidade especializada.

5. DESENHO CURRICULAR

O curso para a formação de analista de dados financeiros na atividade de investigação financeira da Polícia Civil do Estado do Pará é implementado dentro de 09 (nove) módulos assim estruturados:

a) Módulo I: Lavagem de Dinheiro

- Área temática: Investigação policial
- Tipo: Teórico
- Carga horária: 20 h/a
- Ementa descriptiva: Estudo dos fundamentos teóricos e legais sobre lavagem de dinheiro, abrangendo conceitos, definições e fases, além dos crimes antecedentes e tipologias próprias.

b) Módulo II: Introdução à Atividade de Investigação Financeira

- Área temática: Investigação policial
- Tipo: Teórico e prático
- Carga horária: 20 h/a
- Ementa descriptiva: Compreender os fundamentos da investigação financeira, o fluxo de

investigação financeira e a observação de maneira estratégica das etapas metodológicas da investigação financeira.

c) Módulo III: Técnicas e diligências preliminares

- Área temática: Investigação policial
- Tipo: Teórico e prático
- Carga horária: 20 h/a
- Ementa descritiva: Estudo das técnicas e diligências preliminares de investigação financeira, incluindo planejamento estratégico, identificação de pessoas de interesse, pesquisas de bases de dados públicas e aplicação de técnicas de OSINT.

d) Módulo IV: Técnicas e diligências em Relatório de Inteligência Financeira (RIF)

- Área temática: Investigação policial
- Tipo: Teórico e prático
- Carga horária: 35 h/a
- Ementa descritiva: Estudo aprofundado do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), abrangendo conceito, finalidade e procedimentos de intercâmbio, para o desenvolvimento de competências necessárias para a organização e análise dos dados.

e) Módulo V: Técnicas e diligências em dados bancários

- Área temática: Investigação policial
- Tipo: Teórico e prático
- Carga horária: 45 h/a
- Ementa descritiva: Estudo abrangente das técnicas e diligências para a obtenção e análise de dados bancários, incluindo limitações, formas de acesso, recebimento, cadeia de custódia, estruturação e análise dos dados bancários, para o desenvolvimento de competências para a identificação de transações suspeitas e ilícitas.

f) Módulo VI: Técnicas e diligências em dados fiscais

- Área temática: Investigação policial
- Tipo: Teórico e prático
- Carga horária: 30 h/a
- Ementa descritiva: Estudo abrangente das técnicas e diligências para a obtenção e análise de

REALIZAÇÃO



Universidade Federal do Pará
Instituto de Ciências Exatas e Naturais
Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública
Resolução N° 5.983/2025- CONSEPE/UFPa, de 15 de outubro de 2025

COMO REFERENCIAR ESSA OBRA

OLIVEIRA, Alexandre Bezerra; CARVALHO JÚNIOR, José Gracilido; SANTOS, Vicente Leite Barbosa Araújo. *Curso de Formação Profissional. Capacitação em Investigação Financeira: metodologias tradicionais e emergentes. Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública. Instituto de Ciências Exatas e Naturais. Universidade Federal do Pará, 2026.*

dados fiscais, incluindo limitações, formas de acesso, recebimento, cadeia de custódia, estruturação e análise dos dados fiscais, para o desenvolvimento de competências para a identificação de rendimentos e patrimônio declarado incompatível.

g) Módulo VII: Técnicas e diligências em ativos virtuais

- Área temática: Investigação policial
- Tipo: Teórico e prático
- Carga horária: 20 h/a
- Ementa descritiva: Estudo especializado em ativos virtuais, abrangendo os conceitos fundamentais, aspectos legais, aplicação de investigação em tecnologias específicas como blockchain, para o desenvolvimento de competências para o rastreamento e análise de transações virtuais e identificação de transações suspeitas.

h) Módulo VIII: Técnicas e diligências patrimoniais

- Área temática: Investigação policial
- Tipo: Teórico e prático
- Carga horária: 20 h/a
- Ementa descritiva: Estudo das técnicas e diligências de investigação patrimonial, incluindo as formas de blindagem e ocultação, mapeamento patrimonial e identificação de beneficiários financeira, para o desenvolvimento de competências para a análise de dados e produção de informação de incompatibilidade patrimonial real.

i) Módulo IX: Técnicas de recuperação de ativos

- Área temática: Investigação policial
- Tipo: Teórico e prático
- Carga horária: 15 h/a
- Ementa descritiva: Estudo dos fundamentos legais e práticos das medidas assecuratórias, incluindo as espécies, procedimentos e estratégias, para o desenvolvimento de competências para a constrição, administração e destinação de ativos ilícitos.

O desenho curricular e a estruturação do curso podem ser reformulados e atualizados em razão de alterações normativas e ainda por necessidade de adequações à inovações e tecnologias.

REALIZAÇÃO	COMO REFERENCIAR ESSA OBRA
 Universidade Federal do Pará Instituto de Ciências Exatas e Naturais Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública Resolução N° 5.983/2025- CONSEPE/UFPA, de 15 de outubro de 2025	OLIVEIRA, Alexandre Bezerra; CARVALHO JÚNIOR, José Gracilido; SANTOS, Vicente Leite Barbosa Araújo. Curso de Formação Profissional. Capacitação em Investigação Financeira: metodologias tradicionais e emergentes. Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública. Instituto de Ciências Exatas e Naturais. Universidade Federal do Pará, 2026.

6. CRONOGRAMA

Módulos	Mês											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Lavagem de Dinheiro												
Introdução a Atividade de Investigação Financeira												
Técnicas e diligências preliminares												
Técnicas e diligências em Relatório de Investigação Financeira (RIF)												
Técnicas e diligências em dados bancários												
Técnicas e diligências em dados fiscais												
Técnicas e diligências em ativos virtuais												
Técnicas e diligências patrimonial												
Técnicas de recuperação de ativos												

7. CORPO DOCENTE

O corpo docente do curso de formação de analista de dados financeiros na atividade de investigação financeira da Polícia Civil do Estado do Pará será composto por policiais civis com experiência e formação específica nas técnicas de investigação financeira, prioritariamente pela equipe técnica, de coordenadores e analistas de dados, do Laboratório de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro (LAB-LD), podendo ser convidado outros policiais civis e profissionais com ampla qualificação e experiência profissional na análise de dados financeiros e patrimoniais. O corpo docente será constituído por professores e monitores para o melhor acompanhamento e supervisão das atividades práticas inerentes às disciplinas.

8. CORPO DISCENTE

O corpo discente será constituído por policiais civis da Polícia Civil do Estado do Pará, em regular atividade e no exercício das atividades policiais, destinando-se vagas, prioritariamente para policiais que estejam atuando diretamente em análises de dados financeiros ou em investigações financeiras.

O corpo discente pode ainda ser integrado por pessoas vinculadas à outros órgãos e instituições, desde que atuando direta ou indiretamente em investigações financeiras, tais como: policiais civis de outros estados que tenham constituído e que estejam em pleno funcionamento unidade de LAB-LD e integrem da Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia (REDE-LAB); policiais federais da Polícia Federal do Brasil; servidores e membros do Ministério

Público do Estado do Pará (MPPA), ou de outros órgãos de Ministérios Públicos; servidores e membros do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), ou de outros órgãos do Poder Judiciário nacional; servidores de órgãos de controle e fiscalização como Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA), Receita Federal do Brasil, Controladoria Geral do Estado do Pará (CGEPA), Controladoria Geral da União (CGU), Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCEPA), Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCMPA), além de outros órgãos e entidades atuantes no segmento.

9. PROCESSO AVALIATIVO

A avaliação do curso será realizada de forma contínua e integral, considerando os seguintes critérios:

9.1 Avaliação do curso

A avaliação do curso ocorrerá ao final de cada módulo, objetivando avaliar de maneira contínua a evolução do curso, sendo realizada pelo corpo discente por meio de questionários estruturados sobre a satisfação ao final de cada módulo e sugestões para o aprimoramento. Em nível institucional, o curso será avaliado no ano subsequente à conclusão, quando à análise do alcance dos objetivos propostos, a avaliação da efetividade das metodologias empregadas e dos impactos nos indicadores da Polícia Civil do Estado do Pará.

9.2 Avaliação do corpo docente

O corpo docente será avaliado pelo corpo discente mediante a aplicação de formulários estruturados quanto ao domínio do conteúdo e da aplicação metodológica, além da avaliação pela coordenação acadêmica em relação ao cumprimento dos deveres inerentes à atividade docente estabelecidos pela Academia de Polícia Civil.

9.3 Avaliação do corpo discente

O corpo discente será avaliado mediante:

- a) frequência e participação das aulas e atividades propostas;
- b) Atividade prática ao final de cada módulo, englobando a elaboração de relatório técnico de simulação prática sobre o caso investigativo prescrito no início do módulo.

REALIZAÇÃO	COMO REFERENCIAR ESSA OBRA
 Universidade Federal do Pará Instituto de Ciências Exatas e Naturais Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública Resolução N° 5.983/2025- CONSEPE/UFPa, de 15 de outubro de 2025	OLIVEIRA, Alexandre Bezerra; CARVALHO JÚNIOR, José Gracilido; SANTOS, Vicente Leite Barbosa Araújo. Curso de Formação Profissional. Capacitação em Investigação Financeira: metodologias tradicionais e emergentes. Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública. Instituto de Ciências Exatas e Naturais. Universidade Federal do Pará, 2026.

9.4 Critérios de aprovação

Para aprovação no curso, o participante deverá ser aprovado individualmente em cada módulo, somente sendo possível a participação mediante a aprovação nos módulos anteriores, exigindo-se para tanto:

- a) Frequência mínima de 75% da carga horária total do módulo, excetuando-se os casos de ausências justificadas;
- b) Avaliação do relatório técnico simulado em nível satisfatório;
- c) Avaliação pelo corpo docente, composto por professores e monitores, quanto ao engajamento satisfatório nas atividades práticas e teóricas propostas.

10. EMENTAS E BIBLIOGRAFIA DAS DISCIPLINAS

As ementas e bibliografia das disciplinas de cada módulo do curso para a formação de analista de dados financeiros na atividade de investigação financeira da Polícia Civil do Estado do Pará estão especificadas no Anexo I.

11. RECURSOS MATERIAIS

Para a implementação do curso serão necessários os seguintes recursos materiais:

- a) Sala de Treinamento que contemple:

- Capacidade para 30 participantes;
- Localização: Complexo da Delegacia Geral - Av. Magalhães Barata, 209, Bloco C, Nazaré;
- Climatização adequada;
- Iluminação apropriada para atividades didáticas;
- Acesso à internet banda larga;
- Sistema de som e projeção;
- Mesas e cadeiras ergonômicas para 30 pessoas;
- Mesa para instrutor;
- Armários para armazenamento de materiais
- 30 computadores desktop ou notebook com especificações mínimas: e processador Intel i5 ou equivalente; 8GB de memória RAM; HD de 1TB ou SSD 512GB; Placa de vídeo dedicada; Sistema operacional Windows 10 Pro ou superior.

REALIZAÇÃO	COMO REFERENCIAR ESSA OBRA
 Universidade Federal do Pará Instituto de Ciências Exatas e Naturais Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública Resolução N° 5.983/2025- CONSEPE/UFPA, de 15 de outubro de 2025	OLIVEIRA, Alexandre Bezerra; CARVALHO JÚNIOR, José Gracilido; SANTOS, Vicente Leite Barbosa Araújo. Curso de Formação Profissional. Capacitação em Investigação Financeira: metodologias tradicionais e emergentes. Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública. Instituto de Ciências Exatas e Naturais. Universidade Federal do Pará, 2026.

b) Equipamentos audiovisuais que contemple:

- Projetor multimídia de alta resolução;
- Tela de projeção motorizada;
- Sistema de som ambiente.

c) Softwares especializados, incluídos:

- Ferramentas de Business Intelligence Qlik Sense ou Power BI;
- Software de análise de vínculos;
- Pacote Office completo;
- Acesso a bases de dados governamentais.

d) Material didático

- Apostilas específicas para cada módulo;
- Casos práticos e exercícios;
- Modelos de relatórios e outros documentos.

12. PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

Tipo	Qtd.	H/A	Turma	Valor H/A	Total H/A	Tributos	Valor
PROFESSOR	18	225	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
MONITOR	36	225	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
SUPERVISOR	9	225	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
						TOTAL	R\$ 0,00

13. ORIENTAÇÕES GERAIS

O curso será ofertado pela Polícia Civil do Estado do Pará, por meio da Academia de Polícia Civil, prioritariamente, para policiais civis da corporação, sendo possível a disponibilização de vagas para servidores e membros de outros órgãos ou instituições. Ao final de cada módulo, cada participante será avaliado e somente será possível a sua participação no módulo seguinte mediante aprovação no módulo anterior, não sendo permitida o ingresso de novos participantes em módulos seguintes. As datas de execução poderão ser readequadas de acordo com a necessidade da Polícia Civil do Estado do Pará, e o curso será certificado pela Academia de Polícia Civil.

ANEXO 1 – EMENTAS

MÓDULO I – LAVAGEM DE DINHEIRO	
Disciplina:	Lavagem de dinheiro
Área temática:	Investigação policial
Tipo:	Teórico
Carga horária:	20 h/a
Ementa:	Estudo dos fundamentos teóricos e legais sobre lavagem de dinheiro, abrangendo conceitos, definições e fases, além dos crimes antecedentes e tipologias próprias.
Conteúdo básico:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Prescrição de caso simulado sobre Lavagem de Dinheiro; ▪ Conceito e definição de lavagem de dinheiro; ▪ Fases do processo de lavagem de dinheiro; ▪ Crimes antecedentes; Principais tipologias de lavagem de dinheiro; ▪ Marco legal nacional e internacional de lavagem de dinheiro; ▪ Análise de entendimentos jurisprudenciais sobre lavagem de dinheiro.
Objetivos:	Compreender os conceitos fundamentais sobre lavagem e dinheiro e analisar as principais tipologias correlacionadas.
Metodologia:	Aulas expositivas; análise de caso simulado; elaboração de relatório técnico simulado.
Referências:	<p>BADARÓ, Gustavo Henrique; BOTTINI, Pierpaolo Cruz. Lavagem de dinheiro: aspectos penais e processuais penais; comentários à Lei 9.613/1998, com as alterações da Lei 12.683/2012. 4. ed. São Paulo, SP: Thomson Reuters, 2019.</p> <p>BRASIL. Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998. Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 4 mar. 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9613.htm. Acesso em: 05 jul. 2024.</p> <p>FINANCIAL ACTION TASK FORCE (FAFT/GAFI). As Recomendações do GAFI: padrões internacionais de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo e da proliferação, fev. 2012. Disponível em: http://www.fatf-gafi.org/media/fatf/documents/recommendations/pdfs/FATF-40-Rec2012-Portuguese-Port.pdf . Acesso em 22 ago. 2024. DOI:10.62009/Emeron.2764.9679n32/2023/213/p508-554</p>

MÓDULO II – INTRODUÇÃO À ATIVIDADE DE INVESTIGAÇÃO FINANCEIRA	
Disciplina:	Introdução à atividade de investigação financeira
Área temática:	Investigação policial
Tipo:	Teórico e prático
Carga horária:	20 h/a
Ementa:	Fundamentos teóricos e práticos da investigação financeira, abordando estruturas de controle e fiscalização, fluxo de informações financeiras e aplicação da teoria dos jogos para avaliação de estratégias investigativas.
Conteúdo básico:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Prescrição de caso simulado sobre investigação financeira; ▪ Fundamentos da investigação financeira; ▪ Órgãos de controle e fiscalização; ▪ Fluxo de informações financeiras; Objetivos da investigação financeira; Teoria dos jogos aplicado à investigação financeira.
Objetivos:	Compreender os fundamentos da investigação financeira, o fluxo de investigação financeira e a observação de maneira estratégica das etapas metodológicas da investigação financeira.
Metodologia:	Aulas teóricas e práticas; estudo de caso simulado; elaboração de relatório técnico simulado.
Referências:	<p>GRUPO DE AÇÃO FINANCEIRA. As recomendações do GAFI: padrões internacionais de combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo e da proliferação. Paris: GAFI, 2012. Disponível em: http://www.fatf-gafi.org/media/fatf/documents/recommendations/pdfs/FATF_Recommendations.pdf. Acesso em: 15 mar. 2025.</p> <p>MADINGER, John. Money Laundering: A guide for criminal investigators. 3. Ed. Boca Raton, FL: CRC Press, 2012. ISBN 13: 978-1-4398-6914-7.</p> <p>MARTINS, Tiago Misael de Jesus. Investigação Financeira. In: Ministério Público Federal - 2ª Câmara de Coordenação e Revisão (Org.). Crimes Fiscais, Delitos Econômicos e Financeiros. 1ed. Brasília: MPF, 2018, v. 5, p. 10-35.</p>

MÓDULO III – TÉCNICAS E DILIGÊNCIAS PRELIMINARES	
Disciplina:	Técnicas e diligências preliminares
Área temática:	Investigação policial
Tipo:	Teórico e prático
Carga horária:	20 h/a
Ementa:	Estudo das técnicas e diligências preliminares de investigação financeira, incluindo planejamento estratégico, identificação de pessoas de interesse, pesquisas em bancos de dados públicos e aplicação de técnicas de OSINT.
Conteúdo básico:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Prescrição de caso simulado sobre técnicas e diligências preliminares; ▪ Planejamento da investigação financeira; ▪ Identificação das pessoas de interesse da investigação financeira; ▪ Pesquisa em bancos de dados públicos; ▪ Técnicas de OSINT aplicadas à investigação financeira; ▪ Análise preliminar de vínculos.
Objetivos:	Desenvolver competências para o planejamento investigativo e realizar análise preliminar de vínculos e relacionamentos.
Metodologia:	Aulas teóricas e práticas; estudo de caso simulado; elaboração de relatório técnico simulado.
Referências:	<p>BAZZELL, Michael. Open-Source Intelligence Techniques. 8th ed. IntelTechniques, 2021.</p> <p>BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Lei de Acesso à Informação. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm.</p>

MÓDULO IV – TÉCNICAS E DILIGÊNCIAS EM RIF	
Disciplina:	Técnicas e diligências em Relatórios de Inteligência Financeira
Área temática:	Investigação policial
Tipo:	Teórico e prático
Carga horária:	35 h/a
Ementa:	Estudo aprofundado do Relatório de Inteligência Financeira (RIF), abrangendo conceito, finalidade e procedimentos de intercâmbio, para o desenvolvimento de competências necessárias para a organização e análise dos dados.
Conteúdo básico:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Prescrição de caso simulado sobre RIF; ▪ Conceito e finalidade do RIF; ▪ Procedimentos de intercâmbio do RIF; ▪ Estrutura do RIF; ▪ Procedimentos de organização e estruturação de dados do RIF; ▪ Análise de operações suspeitas do RIF; ▪ Análise de operações em espécie do RIF; ▪ Cruzamento das informações financeiras do RIF; ▪ Análise de vínculos de entidades do RIF; ▪ Elaboração de relatórios técnicos sobre RIF; ▪ Casos práticos de análise de RIF.
Objetivos:	Dominar os princípios e fundamentos dos Relatórios de Inteligência Financeira (RIF), possibilitando o cruzamento de vínculos de entidades para a identificação de transações suspeitas.
Metodologia:	Aulas teóricas e práticas; estudo de caso simulado; elaboração de relatório técnico simulado.
Referências:	<p>BRASIL. COAF. A produção de Inteligência Financeira. Disponível em: https://www.gov.br/coaf/pt-br/acesso-a-informacao/Institucional/a-producao-de-inteligencia-financeira.</p> <p>BRASIL. Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001. Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp105.htm.</p> <p>BRASIL. Banco Central do Brasil. Carta Circular nº 4.001, de 29 de janeiro de 2020. Divulga relação de operações e situações que podem configurar indícios de ocorrência dos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, de que trata a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e de financiamento ao terrorismo, previstos na Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, passíveis de comunicação ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). Disponível em: https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Carta%20Circular&numero=4001.</p>

MÓDULO V – TÉCNICAS E DILIGÊNCIAS EM DADOS BANCÁRIOS	
Disciplina:	Técnicas e diligências em dados bancários
Área temática:	Investigação policial
Tipo:	Teórico e prático
Carga horária:	45 h/a
Ementa:	Estudo abrangente das técnicas e diligências para a obtenção e análise de dados bancários, incluindo limitações, formas de acesso, recebimento, cadeia de custódia, estruturação e análise dos dados bancários, para o desenvolvimento de competências para a identificação de transações suspeitas e ilícitas.
Conteúdo básico:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Prescrição de caso simulado sobre dados bancários; ▪ Aspectos legais e jurisprudenciais sobre quebra de sigilo bancário; ▪ Representação pela quebra de sigilo bancário; ▪ Operacionalização da ordem judicial de quebra de sigilo bancário; ▪ Cadeia de custódia da prova na quebra de sigilo bancário; ▪ Organização e estruturação de dados bancários; ▪ Análise de dados bancários; Técnicas de rastreamento de ativos financeiros; ▪ Identificação de padrões de operações suspeitas; ▪ Elaboração de relatórios técnicos sobre dados bancários; ▪ Casos práticos de análise de dados bancários.
Objetivos:	Dominar os princípios e fundamentos dos dados bancários, possibilitando o a análise de dados e obtenção de informações de transações suspeitas e ilícitas.
Metodologia:	Aulas teóricas e práticas; estudo de caso simulado; elaboração de relatório técnico simulado.
Referências:	<p>BRASIL. Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001. Dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp105.htm.</p> <p>BRASIL. Banco Central do Brasil. Carta Circular nº 4.001, de 29 de janeiro de 2020. Divulga relação de operações e situações que podem configurar indícios de ocorrência dos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, de que trata a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e de financiamento ao terrorismo, previstos na Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, passíveis de comunicação ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). Disponível em: https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Carta%20Circular&numero=4001.</p>

MÓDULO VI – TÉCNICAS E DILIGÊNCIAS EM DADOS FISCAIS	
Disciplina:	Técnicas e diligências em dados fiscais
Área temática:	Investigação policial
Tipo:	Teórico e prático
Carga horária:	30 h/a
Ementa:	Estudo abrangente das técnicas e diligências para a obtenção e análise de dados fiscais, incluindo limitações, formas de acesso, recebimento, cadeia de custódia, estruturação e análise dos dados fiscais, para o desenvolvimento de competências para a identificação de rendimentos e patrimônio declarado incompatível.
Conteúdo básico:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Prescrição de caso simulado sobre dados fiscais; ▪ Aspectos legais e jurisprudenciais sobre quebra de sigilo fiscal; ▪ Representação pela quebra de sigilo fiscal; ▪ Operacionalização da ordem judicial de quebra de sigilo fiscal; ▪ Cadeia de custódia da prova na quebra de sigilo fiscal; ▪ Organização e estruturação de dados fiscais; ▪ Análise de dados fiscais; ▪ Técnicas de análise de declarações de renda; ▪ Identificação de padrões de incompatibilidade patrimonial; ▪ Elaboração de relatórios técnicos sobre dados fiscais; ▪ Casos práticos de análise de dados fiscais.
Objetivos:	Dominar os princípios e fundamentos dos dados fiscais, possibilitando o a análise de dados e obtenção de informações de rendimentos e patrimônio declarado incompatível.
Metodologia:	Aulas teóricas e práticas; estudo de caso simulado; elaboração de relatório técnico simulado.
Referências:	BRASIL. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172compilado.htm .

MÓDULO VII – TÉCNICAS E DILIGÊNCIAS EM ATIVOS VIRTUAIS	
Disciplina:	Técnicas e diligências em ativos virtuais
Área temática:	Investigação policial
Tipo:	Teórico e prático
Carga horária:	20 h/a
Ementa:	Estudo especializado em ativos virtuais, abrangendo os conceitos fundamentais, aspectos legais, aplicação de investigação em tecnologias específicas como blockchain, para o desenvolvimento de competências para o rastreamento e análise de transações virtuais e identificação de transações suspeitas.
Conteúdo básico:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Prescrição de caso simulado sobre ativos virtuais; ▪ Conceitos relacionados à ativos virtuais; ▪ Aspectos legais sobre ativos virtuais; ▪ Investigação em tecnologia blockchain; ▪ Rastreamento de ativos virtuais; ▪ Acesso e limitações à dados de ativos virtuais; ▪ Elaboração de relatórios técnicos sobre ativos virtuais; ▪ Casos práticos de rastreamento e análise de ativos virtuais.
Objetivos:	Compreender os conceitos legais e tecnológicos sobre ativos virtuais e dominar práticas de rastreamento e análise de dados.
Metodologia:	Aulas teóricas e práticas; estudo de caso simulado; elaboração de relatório técnico simulado.
Referências:	<p>BRASIL. Lei nº 14.478, de 21 de dezembro de 2022. Dispõe sobre diretrizes a serem observadas na prestação de serviços de ativos virtuais e na regulamentação das prestadoras de serviços de ativos virtuais; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever o crime de fraude com a utilização de ativos virtuais, valores mobiliários ou ativos financeiros; e altera a Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, que define crimes contra o sistema financeiro nacional, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, que dispõe sobre lavagem de dinheiro, para incluir as prestadoras de serviços de ativos virtuais no rol de suas disposições.. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/l14478.htm.</p> <p>ANTONOPOULOS, Andreas M. Mastering Bitcoin. 2nd ed. O'Reilly Media, 2017</p>

MÓDULO VIII – TÉCNICAS E DILIGÊNCIAS PATRIMONIAIS	
Disciplina:	Técnicas e diligências patrimoniais
Área temática:	Investigação policial
Tipo:	Teórico e prático
Carga horária:	20 h/a
Ementa:	Estudo das técnicas e diligências de investigação patrimonial, incluindo as formas de blindagem e ocultação, mapeamento patrimonial e identificação de beneficiários financeira, para o desenvolvimento de competências para a análise de dados e produção de informação de incompatibilidade patrimonial real.
Conteúdo básico:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Prescrição de caso simulado sobre técnicas patrimoniais; ▪ Formas de blindagem e ocultação patrimonial; ▪ Identificação e mapeamento patrimonial; ▪ Técnicas de identificação patrimonial por dados telemáticos; ▪ Beneficiários finais patrimoniais; ▪ Cruzamento de dados de RIF, bancários, fiscais de outras fontes para a identificação patrimonial real; ▪ Análise de incompatibilidade patrimonial.
Objetivos:	Identificar técnicas de blindagem e ocultação patrimonial para a análise de incompatibilidade patrimonial real.
Metodologia:	Aulas teóricas e práticas; estudo de caso simulado; elaboração de relatório técnico simulado.
Referências:	<p>MADINGER, John. Money Laundering: A guide for criminal investigators. 3. Ed. Boca Raton, FL: CRC Press, 2012. ISBN 13: 978-1-4398-6914-7.</p> <p>CHAVES, Rodrigo Fernando Machado. Indicadores patrimoniais de enriquecimento ilícito e o ônus da prova do ato de improbidade administrativa: a investigação patrimonial de Procuradores Federais no controle interno da Procuradoria-Geral Federal. 2020. 127 f. Dissertação (Mestrado em Direito e Desenvolvimento) – Escola de Direito de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2020.</p>

MÓDULO IX – TÉCNICAS DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS	
Disciplina:	Técnicas de recuperação de ativos
Área temática:	Investigação policial
Tipo:	Teórico e prático
Carga horária:	15 h/a
Ementa:	Estudo dos fundamentos legais e práticos das medidas assecuratórias, incluindo as espécies, procedimentos e estratégias, para o desenvolvimento de competências para a constrição, administração e destinação de ativos ilícitos.
Conteúdo básico:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Prescrição de caso simulado sobre medidas assecuratórias; ▪ Fundamentos legais das medidas assecuratórias; ▪ Espécies de medidas assecuratórias; ▪ Cooperação interinstitucional e medidas assecuratórias; ▪ Avaliação estratégica das medidas assecuratórias; ▪ Representação e operacionalização de medidas assecuratórias; ▪ Administração e destinação de ativos financeiros apreendidos.
Objetivos:	Compreender as possibilidades de constrição de ativos ilícitos e aplicação de medidas assecuratórios, além da necessidade de administração e destinação adequados.
Metodologia:	Aulas teóricas e práticas; estudo de caso simulado; elaboração de relatório técnico simulado.
Referências:	LIMA, Claudio Roberto Paz; RICCIARDI JR., Marco A. S.; FREITAS, José Ricardo Bento Garcia de. Manual de sindicância patrimonial: Apuração de enriquecimento ilícito. 2. Ed. Rio de Janeiro, RJ: Freitas Bastos, 2022.

REFERÊNCIAS

BADARÓ, Gustavo Henrique; BOTTINI, Pierpaolo Cruz. Lavagem de dinheiro: aspectos penais e processuais penais; comentários à Lei 9.613/1998, com as alterações da Lei 12.683/2012. 4. ed. São Paulo, SP: Thomson Reuters, 2019.

BARBOSA, Leonardo Figueiredo; PINHEIRO, Caroline da Rosa. Inteligência artificial no Brasil: avanços regulatórios. Revista de Informação Legislativa: RIL, Brasília, DF, v. 60, n. 240, p. 11-41, out./dez. 2023. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/60/240/ril_v60_n240_p11. Acesso em: 20 jun. 2024.

BARBOSA, Reinaldo Denis Viana. A Teoria econômica o crime de Gary Becker e a seletividade do Sistema penal. Orientador, Everton das Neves Gonçalves, 2019. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Direito, Centro de Ciências Jurídicas. Universidade Federal de Santa Catarina. 2019.

BARROSO, Luís Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. 10. ed. São Paulo, SP: SaraivaJur, 2022.

BECKER, Gary Stanley. Crime and punishment: an economic approach. Journal of Political Economy, Chicago, v. 76, n. 2, p. 169-217, mar./abr. 1968.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei n 21, de 2020. Estabelece fundamentos, princípios e diretrizes para o desenvolvimento e a aplicação da inteligência artificial no Brasil; e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2236340>. Acesso em: 20 jun. 2024.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Brasília: Senado Federal, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Acesso em: [data].

BRASIL. Decreto nº 154, de 26 de junho de 1991. Promulga a Convenção contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 jun. 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0154.htm. Acesso em: 05 jul. 2024.

BRASIL. Decreto nº 5.015, de 12 de março de 2004. Promulga a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 mar. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5015.htm. Acesso em: 05 jul. 2024.

BRASIL. Decreto nº 5.687, de 31 de janeiro de 2006. Promulga a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1º fev. 2006. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5687.htm. Acesso em: 05 jul. 2024.

BRASIL. Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020. Institui a Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial e cria o Comitê de Tecnologia no Setor Público. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 abr. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998. Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 4 mar. 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9613.htm. Acesso em: 05 jul. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.683, de 9 de julho de 2012. Altera a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para tornar mais eficiente a persecução penal dos crimes de lavagem de dinheiro. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jul. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12683.htm. Acesso em: 05 jul. 2024.

BRASIL, Marcos Miléo. A lavagem de Produtos Florestais no Pará. 2016. 70 f. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) – Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016. Orientador: Prof. Dr. Edson Marcos Leal Soares Ramos.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Lab e Rede Lab. Brasília: MJSP, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-protacao/lavagem-de-dinheiro/lab-e-rede-lab>. Acesso em: 04 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. ENCCLA. Brasília: MJSP, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/ativos_cooperacao/estrategia-nacional-de-combate-a-corrupcao-e-a-lavagem-de-dinheiro-enccla. Acesso em: 04 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Portaria MJSP nº 79, de 13 de maio de 2022. Institui a Rede Nacional de Polícias Judiciárias no Combate à Corrupção – Renaccor e define as regras para adesão de integrantes e para parcerias. Brasília: MJSP, 2022. Disponível em: https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/6669/1/PRT_GM_2022_79.pdf. Acesso em: 5 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Portaria MJSP nº 145, de 15 de agosto de 2022. Atribui à Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia (Rede-Lab) a natureza de Programa de Articulação Institucional e define as regras para adesão de integrantes e parcerias. Brasília: MJSP, 2022. Disponível em: https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/7410/2/PRT_GM_2022_145.html. Acesso em: 5 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Portaria MJSP nº 533, de 11 de dezembro de 2023. Institui a Rede Nacional de Recuperação de Ativos como programa de articulação

institucional e define as regras para adesão de integrantes e para parcerias. Brasília: MJSP, 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mjsp-n-533-de-11-de-dezembro-de-2023-529895634>. Acesso em: 5 out. 2024.

BRASIL. Ministério Público Federal - 2^a Câmara de Coordenação e Revisão Criminal; 5^a Câmara de Coordenação e Revisão, Combate à Corrupção. Roteiro de atuação: persecução patrimonial e administração de bens. Série Roteiros de Atuação. - Brasília. MPF, 2017.

BRASIL. Secretaria Nacional de Justiça. Portaria SNJ nº 242, de 29 de setembro de 2014. Institui a Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia (Rede-Lab). Brasília: SNJ, 2014. Disponível em: https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/1456/4/PRT_SNJ_2014_242.pdf. Acesso em: 5 out. 2024.

BOTTINI, Pierpaolo Cruz. Lavagem de Dinheiro: aspectos penais e processuais penais. São Paulo: SP, Revista dos Tribunais. 2022.

CÉSPEDES, Carolina Pinheiro. COAF e controles internos: prevenção e combate à lavagem de dinheiro no sistema financeiro. Revista da Procuradoria-Geral do Banco Central, Brasília, v. 15, n. 1, 2021. DOI: <https://doi.org/10.58766/rpgbcb.v15i1.1098>. Disponível em: <https://revistapgbc.bcb.gov.br/revista/article/view/1098>. Acesso em: 20 jun. 2024.

CHELIGA, Vinicius; TEIXEIRA, Tarcísio. Inteligência Artificial: aspectos jurídicos. 3. ed. Salvador, BA: Juspodivm, 2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA; Instituto de Ensino e Pesquisa. Lavagem de dinheiro, corrupção e recuperação de ativos: características processuais, funcionamento do arranjo institucional e alternativas de aperfeiçoamento. Brasília: CNJ, 2023. Disponível em: <https://bibliotecadigital.cnj.jus.br/handle/123456789/818>. Acesso em: 5 out. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Lavagem de dinheiro, corrupção e recuperação de ativos: características processuais, funcionamento do arranjo institucional e alternativas de aperfeiçoamento / Conselho Nacional de Justiça; Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper). – Brasília: CNJ, 2023.

CONTELLI, Everson Aparecido; COSTA, Ilton Garcia da. A investigação criminal e o princípio constitucional implícito da dialogicidade no enfrentamento de fenômenos criminais complexos. Global Dialogue, 6(1), 35–53. Disponível em: <https://doi.org/10.53660/GDIA.114.111>. Acesso em: 05 ago. 2023.

COUTO, George Estefani de Souza do. Ação 11 ENCCLA e Polícia Civis: A construção de um novo modelo pautado no combate à lavagem de dinheiro e no controle do crime organizado. In: WENDT, E.; RESCHKE, C. C. (Org.). Investigação de lavagem de dinheiro e enfrentamento à corrupção no Brasil: leading cases. Rio de Janeiro, RJ: Brasport, 2021.

CRUZ, Nelson Macedo. A investigação económica, financeira e tributária da criminalidade organizada transnacional na União Europeia. 2018. 885 f. Dissertação (Doutorado em Direito

e Segurança) – Faculdade de Direito, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2018. Orientador: Prof. Dr. José Fontes.

DE CARLI, Carla Veríssimo. Lavagem de dinheiro: ideologia da criminalização e análise do discurso. Dissertação (Mestrado). Orientador Prof. Dr. Aury Lopes Jr. Fac. de Direito, PUCRS, 2006.

DUQUE-PEREIRA, I. da S.; MOURA, S. A. de. Understanding generative artificial intelligence from the language perspective. SciELO Preprints, 2023. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.7077. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/7077>. Acesso em: 20 jun. 2024.

ENCCLA. Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro – Meta 16 de 2006. Disponível em: <<https://enccla.camara.gov.br/acoes/metas-de-2006/>> Acesso em: 07 de outubro de 2024.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2022.

GRUPO DE EGMONT DE UNIDADES DE INTELIGÊNCIA FINANCEIRA. Statement of Purpose of the Egmont Group of Financial Intelligence Units. Brussels: Egmont Palace, 1995.

GRUPO DE AÇÃO FINANCEIRA. As recomendações do GAFI: padrões internacionais de combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo e da proliferação. Paris: GAFI, 2012. Disponível em: http://www.fatf-gafi.org/media/fatf/documents/recommendations/pdfs/FATF_Recommendations.pdf. Acesso em: 15 mar. 2025.

FERREIRA, L. F.; ONZI, Sidinea Maria Delai; RAMALHO, Fabiano. Eficácia das normas de compliance no Brasil a partir da perspectiva do modelo adotado pelo COAF. Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios, Florianópolis, v. 12, n. 3, p. 130-152, 2019. DOI: <https://doi.org/10.19177/reen.v12e32019130-152>. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/EeN/article/view/7805>. Acesso em: 07 nov. 2024.

FIGUEIREDO, S. O. de; SINCORÁ, L. A.; LEITE, M. C. de O.; BRANDÃO, M. M. Fatores determinantes do controle da criminalidade em gestão de políticas de segurança pública. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 55, n. 2, p. 438–458, 2021. DOI: 10.1590/0034-761220200058. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/83357>. Acesso em: 18 mar. 2025.

FINANCIAL ACTION TASK FORCE (FAFT/GAFI). As Recomendações do GAFI: padrões internacionais de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo e da proliferação, fev. 2012. Disponível em: <http://www.fatf-gafi.org/media/fatf/documents/recommendations/pdfs/FATF-40-Rec2012-Portuguese-Port.pdf>. Acesso em 22 ago. 2024. DOI:10.62009/Emeron.2764.9679n32/2023/213/p508-554

FORÇA-TAREFA atua para descapitalizar crime organizado no Rio de Janeiro. Agência Gov, Brasília, 30 out. 2023. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202310/forca-tarefa-atua-para-descapitalizar-crime-organizado-no-rio-de-janeiro>. Acesso em: 20 jun. 2024.

FRANÇA JÚNIOR, Francisco de Assis de; LEITÃO SANTOS, Bruno Cavalcante; NASCIMENTO, Felipe Costa Laurindo do. Aspectos críticos da expansão das possibilidades de recursos tecnológicos na investigação criminal: a inteligência artificial no âmbito do sistema de controle e de punição. *Revista Brasileira de Direito Processual Penal*, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 211–246, 2020. DOI: 10.22197/rbdpp.v6i1.334. Disponível em: <https://revista.ibraspp.com.br/RBDPP/article/view/334>.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Cartografias das violências na região amazônica: síntese dos dados e resultados preliminares. São Paulo: FBSP, 2021. ISBN 978-65-89596-10-3. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/11/cartografias-das-violencias-na-regiao-amazonica-sintese-dos-dados.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades e Estados. Local: IBGE, ano. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/>>. Acesso em: 02 fev. 2025.

JENSEN, R. I. T.; IOSIFIDIS, A. Fighting money laundering with statistics and machine learning. IEEE Access, [S.I.], v. 11, p. 8889-8903, 2023. DOI: 10.1109/ACCESS.2023.3239549. Disponível em: <https://ieeexplore.ieee.org/document/10025949>. Acesso em: 10 abr. 2025.

JORGE, Higor Vinícius Nogueira. Tratado de Investigação Criminal Tecnológica. 03. ed. São Paulo, SP: Juspodivm, 2023.

JÚNIOR, Evaldo. Polícia Civil do Pará prende criminosos que se escondiam no Complexo da Penha, no Rio de Janeiro. Agência Pará. 18 de jun. de 2021. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/29174/policia-civil-do-pará-prende-criminosos-que-se-escondiam-no-complexo-da-penha-no-rio-de-janeiro>.

LAGE, Fernanda de Carvalho. Manual de Inteligência Artificial no direito Brasileiro. 2 ed., ver., atul e ampl. – São Paulo: Editora Juspodivm, 2022.

LIMA FILHO, Eujecio Coutrim. Funções da Polícia Judiciária no Processo Penal Brasileiro. 1^a ed. Londrina: Thoth, 2020.

LOPES, Luciano Santos; MIARI, Ária Lages. A produção da prova nos delitos contra a ordem econômica e a figura do juiz-investigador. In: LOPES, L. S.; JALES, A. (Org.). Direito Penal Econômico – Tendências e perspectivas. Belo Horizonte, SP: D'Plácido, 2017.

LUNA, Carlos Rogério Pereira. Uso da inteligência artificial como ferramenta auxiliar na atividade policial de inteligência de segurança pública. *Revista Ciências Exatas e da Terra*,

Volume 28 - Edição 134. 2024. DOI: 10.5281/zenodo.11392043. Disponível em: <https://revistaft.com.br/uso-da-inteligencia-artificial-como-ferramenta-auxiliar-na-atividade-policial-de-inteligencia-de-seguranca-publica/#:~:text=A%20ado%C3%A7%C3%A3o%20da%20Intelig%C3%A3ncia%20Artifici al,e%20resposta%20a%20atividades%20criminais>. Acesso em: 20 jun. 2024.

MADINGER, John. Money Laundering: A guide for criminal investigators. 3. Ed. Boca Raton, FL: CRC Press, 2012. ISBN 13: 978-1-4398-6914-7.

MARTINS, Tiago Misael de Jesus. Investigaçāo Financeira. In: Ministério Públīco Federal - 2^a Câmara de Coordenação e Revisão (Org.). Crimes Fiscais, Delitos Econômicos e Financeiros. 1ed. Brasília: MPF, 2018, v. 5, p. 10-35.

MENDES, Bruno. Lavagem de dinheiro: o COAF na vitrine da transparência. Conjur, São Paulo, 13 set. 2023. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2023-set-13/bruno-mendes-coaf-vitrine-transparencia>. Acesso em: 20 jun. 2024.

MENDES, Marcelo Dias. Dinâmica do crime de corrupção no Estado do Pará: um estudo a partir das operações realizadas pela Polícia Civil do Pará. 2022. 157 f. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) – Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2022. Orientador: Prof. Dr. Clay Anderson Nunes Chagas.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. Ciēncia & Saúde Coletiva, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012.

MIRANDA, Igor Clóvis Silva. A persecução patrimonial como meio de enfrentamento dos delitos contra a administração pública à luz da teoria econômica do crime: análise da Operação Adsumus. Dissertação (Mestrado). Orientador Prof. Dr. Dequex Araujo Silva Junior. Faculdade de Direito/Escola de Administração, UFBA, 2021.

MURATA, A. M. L. K. A ENCCLA como política pública: prevenção e repressão à corrupção e à lavagem de dinheiro. Duc In Altum - Cadernos de Direito, [S. l.], v. 13, n. 29, 2021. DOI: 10.22293/2179-507x.v13i29.1472. Disponível em: <https://revistas.faculdadedamas.edu.br/index.php/cihjur/article/view/1472>. Acesso em: 20 jun. 2024.

NAGATA, Sabrina Vettorazzi. Utilização da inteligência artificial na segurança pública e sua contribuição na Polícia Militar. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v. 10, n. 6, p. 1-18, 2024. DOI: 10.34117/bjdv10n6-066.

NICOLITT, André. Manual de Processo Penal. 11. ed. Belo Horizonte, SP: D'Plácido, 2023.

NIEVA-FENOLL, Jordi. Inteligência Artificial e Processo Judicial. Tradução: Ellie Pierre Eid. São Paulo, SP: Juspodivm, 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16: Paz, Justiça e Instituições Eficazes. In: Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova York: ONU, 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 05 jul. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolução A/RES/51/240. Reestruturação e revitalização das Nações Unidas nas esferas econômica, social e campos conexos. Nova York: ONU, 1997.

PADILHA, Rafael; THEÓPHILO, Antônio; ANDALÓ, Fernanda A.; VEGA-OLIVEROS, Didier A.; CARDENUTO, João P.; BERTOCCO, Gabriel; NASCIMENTO, José; YANG, Jing; ROCHA, Anderson. A inteligência artificial e os desafios da ciência forense digital no século XXI. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 35, n. 101, p. 111-138, 2021. DOI: 10.1590/s0103-4014.2021.35101.009.

PARÁ. Decreto Estadual nº 2.690, de 18 dezembro de 2006. Hologa a Resolução nº 002, de 7 de dezembro de 2006, do conselho Superior da Polícia Civil, que aprovou o Regimento Interno da Polícia Civil do Estado do Pará. Belém, 2006.

PARÁ. Decreto s/n, de 22 de fevereiro de 2018. Nomeia, de acordo com o art. 34, § 1º, da Constituição Estadual, combinado com o art. 6º, inciso I, da Lei no. 5.810, de 24 de janeiro de 1994, os candidatos constantes deste Decreto para exercerem, em virtude de aprovação em concurso público com lotação na Polícia Civil do Estado do Pará - PCPA. Diário Oficial de Estado do Pará, n. 33.563, p. 5, 22 fev. 2018.

PARÁ. Decreto nº 89, de 6 de maio de 2019. Institui a Diretoria Estadual de Combate à Corrupção (DECOR/PC-PA), unidade administrativa de natureza operacional, vinculada à Polícia Civil do Estado do Pará. Belém, 2019. Disponível em: https://www.policiacivil.pa.gov.br/sites/default/files/decreto_de_criacao_da_decor.pdf. Acesso em: 5 maio 2024.

PARÁ. Decreto s/n, de 30 de junho de 2022. Nomeia de acordo com art. 34, § 1º, da Constituição Estadual, combinado com o art. 6º, inciso I, da Lei Estadual no. 5.810, de 24 de janeiro de 1994, os candidatos constantes deste Decreto para exercerem, em virtude de aprovação em concurso público com lotação na Polícia Civil do Estado do Pará – PCPA. Diário Oficial do Estado do Pará, n. 35.029, p. 8, 30 jun. 2022.

PARÁ. Lei Complementar Estadual nº 022, de 15 de março de 1994. Estabelece as normas de organização, competências, garantias, direitos e deveres da Polícia Civil do Estado do Pará. Belém, 1994.

PARÁ. Polícia Civil do Estado do Pará. Instrução Normativa nº 001/2025-GAB/DG, de 31 de janeiro de 2025. Dispõe sobre os procedimentos relativos à administração, ao gerenciamento e ao uso de sistemas destinados ao recebimento de informações financeiras protegidos por sigilo bancário e dá outras providências. Belém, 2025.

PARÁ. Polícia Civil do Estado do Pará. Instrução Normativa nº 009/2025-GAB/DG, de 31 de janeiro de 2025. Dispõe sobre os procedimentos relativos ao tratamento do Relatório de Inteligência Financeira (RIF) e dá outras providências. Belém, 2025.

PARÁ. Polícia Civil do Estado do Pará. Portaria nº 001/2015-DGPC/Diversos, de 8 de janeiro de 2015. Instala o Laboratório de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro – LAB-LD, como unidade integrante da estrutura do Núcleo de Inteligência Policial – NIP, da Polícia Civil do Estado do Pará. Belém, 2015.

PARÁ. Polícia Civil do Estado do Pará. Portaria nº 009/2024-GAB-DG/PCPA, de 19 de fevereiro de 2024. Instala o Núcleo de Recuperação de Ativos – NRA da Polícia Civil do Estado do Pará. Belém, 2024.

PARÁ. Polícia Civil do Estado do Pará. Portaria nº 012/2024-GAB-DG/PCPA, de 6 de março de 2024. Cria a Rede do Sistema de Investigação Financeira e Rastreamento de Ativos – REDE-SIFRA da Polícia Civil do Estado do Pará. Belém, 2024.

PARÁ. Polícia Civil do Estado do Pará. Portaria nº 9/2025-GAB/DG/DIVERSOS, de 15 de maio de 2025. Organiza o Núcleo de Inteligência Policial – NIP, da Polícia Civil do Estado do Pará. Belém, 2025.

PAULA, Allan Versiani de; AGUIAR, Julio Cesar de; CORDEIRO, Nefi. Teoria econômica do crime: por uma política criminal cientificamente orientada. Revista Meritum, Belo Horizonte, vol. 15, n. 4, p. 312-328, 2020. DOI: <https://doi.org/10.46560/meritum.v15i4.8228>.

PAULINO, Galtiênio da Cruz et al. (org.). Técnicas avançadas de investigação. Brasília: Escola Superior do Ministério Público da União, 2021. 2 v. ISBN 978-65-88299-92-0.

PEREIRA, Ricardo Ribeiro. A machine learning approach to money laundering detection inspired by GANs. Master's Degree in Computer Science. Faculdade de ciências, Universidade do Porto, Porto, 2021.

PEROVANO, Dalton Gean. Manual de metodologia científica para a segurança pública e defesa social. Curitiba, PR: Juruá, 2014.

UFMG. Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisadores da UFMG e do Inter usam inteligência artificial para detectar indícios de lavagem de dinheiro em transações bancárias. Belo Horizonte: UFMG, 2024. Disponível em: [https://ufmg.br/comunicacao/assessoria-de-imprensa/release/pesquisadores-da-ufmg-e-do-inter-usam-inteligencia-artificial-para-detectar-indicos-de-lavagem-de-dinheiro-em-transacoes-bancarias](https://ufmg.br/comunicacao/assessoria-de-imprensa/release/pesquisadores-da-ufmg-e-do-inter-usam-inteligencia-artificial-para-detectar-indicios-de-lavagem-de-dinheiro-em-transacoes-bancarias). Acesso em: 20 jun. 2024.

PINHEIRO, Mayara; OLIVEIRA, Hamilton. Inteligência Artificial: Estudos e Usos na Ciência da Informação no Brasil. Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação, [S. l.], v. 15, n. 3, p. 950–968, 2022. DOI: 10.26512/rici. v15. n3.2022.42767. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/42767>. Acesso em: 20 jun. 2024.

PINHO FILHO, Ossian Bezerra. Investigação Criminal Tecnológica. Curitiba, PR: Juruá Editora, 2022.

POSNER, Richard A. An Economic Theory of the Criminal Law. Columbia Law Review, Chicago, v. 85, n. 6, p. 1193*1231, out. 1985.

RADU, Laura-Diana. Disruptive Technologies in Smart Cities: A Survey on Current Trends and Challenges. Journal Smart Cities, 2020, № 3, p. 1022-1038. 2020. DOI:10.3390/smartcities3030051. Disponível em: www.mdpi.com/journal/smartcities. Acesso em: 20 jun. 2024.

RAPOSO, Guilherme Guedes. Bem jurídico tutelado e direito penal econômico. In: SOUZA, Artur (Org.). Inovações no direito penal econômico: contribuições criminológicas, político-criminais e dogmáticas. Brasília: Escola Superior do Ministério Público da União, 2011.

RISSO, Melina et al. Dinâmicas do ecossistema dos crimes ambientais na Amazônia Legal. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, ago. 2024. (Artigo Estratégico, 64). Disponível em: https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2024/08/SC_PT_AE-64-Dinamicas-ecossistema-crimes-ambientais-Amazonia-legal.pdf. Acesso em: 20 out. 2024.

RISSO, Melina et al. Siga o dinheiro: conectando sistemas de proteção contra a lavagem de dinheiro para combater a prática de crime ambiental na Amazônia. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, abr. 2023. (Artigo Estratégico, 60). Disponível em: https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2023/04/AE60_SIGA-O-DINHEIRO.pdf. Acesso em: 20 out. 2024.

SANTOS, Vicente Leite Barbosa Araújo dos. Meios de obtenção e análise de provas: o uso de novas ferramentas de investigação no combate à corrupção da Polícia Civil do Pará. 2024. 231 f. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Universidade Federal do Pará, Belém, 2024. Orientador: Prof. Dr. José Gracildo de Carvalho Júnior.

SANTOS, Vicente Leite Barbosa Araújo dos; CARVALHO JÚNIOR, José Gracildo de; SOUZA, Rafael Rodrigues de; OLIVEIRA, Alexandre Bezerra. Tecnologia e combate à corrupção: o emprego de soluções tecnológicas na detecção de crimes. Revista Electrónica de Direito, n. 1, v. 36, p. 57-79, fev. 2025. DOI: 10.24840/2182-9845_2025-0001_0004.

SARAIWA, Bruno Cozza. Do Estado Liberal ao Estado Democrático-Social: o direito penal econômico como condição de possibilidade à proteção da ordem econômica constitucional. Revista Direitos Culturais, Santo Ângelo, vol. 16, n. 38, p. 29-69, jan./abr. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.20912/rdc.v16i38.271>.

SCHOUCAIR, João Paulo Santos. Lavagem de dinheiro: uma análise do seu enfrentamento pelo Ministério Público do Estado da Bahia, no período de 2014/2017, na cidade de Salvador. 2019. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública, Justiça e Cidadania) – Faculdade de Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Orientador: Prof. Fábio Periandro de Almeida Hirsch.

	REALIZAÇÃO Universidade Federal do Pará Instituto de Ciências Exatas e Naturais Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública Resolução N° 5.983/2025- CONSEPE/UFPA, de 15 de outubro de 2025	COMO REFERENCIAR ESSA OBRA OLIVEIRA, Alexandre Bezerra; CARVALHO JÚNIOR, José Gracildo; SANTOS, Vicente Leite Barbosa Araújo. Curso de Formação Profissional. Capacitação em Investigação Financeira: metodologias tradicionais e emergentes. Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública. Instituto de Ciências Exatas e Naturais. Universidade Federal do Pará, 2026.
---	---	--

SILVA, Alexandre do Nascimento. Combate à Lavagem de Dinheiro: Caracterização de inquéritos policiais em apuração na Divisão de Repressão à Lavagem de Dinheiro – Pará – Brasil. 2022. 92 f. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Universidade Federal do Pará, Belém, 2022. Orientador: Prof. Dr. José Gracildo de Carvalho Júnior.

SILVA, Márcio Alerto Gomes. Eficiência e respeitos a direitos fundamentais na atividade investigativa um discurso possível: Pela criação de axiomas que limitem a atuação estatal na busca de uma investigação criminal garantista. 2. ed. São Paulo, SP: Juspodivm, 2023.

SILVA, Nayara Helena de Jesus; LIMA, Vinícius de Melo. Análise econômica do crime organizado: o caso da Penitenciária Modular Estadual de Osório, RS. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v. 1, n. 87, p. 57-81, out. 2020. Disponível em: <https://revistadomprs.org.br/index.php/amprs/article/view/187>. Acesso em: 20 jun. 2024.

SILVA FILHO, Marcos Vinícius Alves e. A INVESTIGAÇÃO FINANCEIRA E O USO DE FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS NO COMBATE À CORRUPÇÃO E À LAVAGEM DE DINHEIRO. Revista da Emeron, Porto Velho/RO - Brasil, n. 32, p. 508–554, 2023. DOI: 10.62009/Emeron.2764.9679n32/2023/213/p508-554. Disponível em: <https://periodicos.emeron.edu.br/index.php/emeron/article/view/213>. Acesso em: 10 jan. 2025.

SOARES, Gustavo Torres. Investigação criminal e inovações técnicas e tecnológicas: perspectivas e limites. 2015. Tese (Doutorado em Direito Processual) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. doi: 10.11606/T.2.2015.tde-30112015-165420. Acesso em: 2025-06-01.

SORIA, Juan J.; ABAL, Rodrigo Loayza; PEÑA, Lidia Segura. Machine Learning Models for Money Laundering Detection in Financial Institutions: A Systematic Literature Review. In: LACCEI INTERNATIONAL MULTI-CONFERENCE FOR ENGINEERING, EDUCATION, AND TECHNOLOGY, 22., 2024, San José. Anais... San José: LACCEI, 2024. p. 1-10. DOI: 10.18687/LACCEI2024.1.1.1682.

SOUZA, Rafael Rodrigues de; RÉGO, Marcia Cristina dos Santos; SANTOS, Vicente Leite Barbosa Araújo dos; OLIVEIRA, Alexandre Bezerra. Licitações públicas: estrutura investigativa e controle social no Estado do Pará. Revista Caderno Pedagógico, Curitiba, v. 21, n. 7, p. 01-16, 2024. DOI: 10.54033/cadpedv21n7-269.

SUTHERLAND, Edwin H. Crime de colarinho branco: versão sem cortes. Tradução: Clécio Lemos. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2015. 416 p. (Coleção Pensamento Criminológico, 22).

TSUNODA, D. F. ; CÂNDIDO, A. C. Tecnologia disruptiva e segurança pública: uma análise da produção científica. Research, Society and Development, [S. l.], v. 11, n. 16, p. e553111638647, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i16.38647. Disponível em: <https://rsdjurnal.org/index.php/rsd/article/view/38647>. Acesso em: 20 jun. 2024.

VALADÃO, Nelso Augsuto Dobke. Investigação Financeira: métodos, técnicas e ferramentas aplicadas. Dissertação (Mestrado). Orientador Prof. Dr. Alex Niche Teixeira. Programa de Pós-Graduação em Segurança Cidadã, UFRGS, 2021.

YUAN, Tingyu; WANG, Sizhe; TAO, Yixin. Enhancing Anti-Money Laundering Detection with Self-Attention Graph Neural Networks. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON SOFTWARE ENGINEERING AND MACHINE LEARNING, 3., 2025. Proceedings of the 3rd International Conference on Software Engineering and Machine Learning, 2025, p. 126-132. DOI: 10.54254/2755-2721/138/2025.21382. Disponível em: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>. Acesso em: 04 abr. 2025.